

PROPOSTA

Agude-se
[Signature]

Considerando que:

1. O Município do Porto tem, entre as suas atribuições a promoção da cultura, nos termos da alínea e) do artigo 23 do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro;
2. A European Film Commission Network – EUFCN é uma associação sem fins lucrativos, criada oficialmente em 2007, com a missão de apoiar e promover a indústria cinematografia europeia. Esta associação tem por objetivo: promover o intercâmbio de informações entre os membros; promover o desenvolvimento e a pesquisa de localização e oportunidades de filmagem; e realizar atividades profissionais e educacionais para os seus membros, e cujos estatutos aqui se anexam;
3. A European Film Commission Network – EUFCN é a principal rede de Film Commission da Europa, com 92 Film Commission de 30 países europeus, que promove vários encontros entre os seus membros com o objetivo de partilhar conhecimento, experiências e tendências do setor audiovisual. E promove encontros nos principais festivais de cinema (Cannes, Berlim e Londres) com o objetivo de divulgar os associados e a rede;

A adesão do Município do Porto a esta Associação é uma mais-valia para o Município uma vez que:

- O Município beneficiará da divulgação através da European Film Commission Network e nos eventos que a European Film Commission Network organiza e participa ligados ao cinema e ao setor audiovisual, em Berlim/Cannes/Londres;
- O Município será legitimado no setor das Film Commissions europeu com a adesão a esta rede.

A adesão a esta Associação implica o pagamento de uma quota anual de 500€ valores estes que, para o ano de 2020, se encontram inscritos no Orçamento / Grandes Opções do Plano do Município do Porto, de acordo com declaração que se anexa.

[Checkmark]

Como resulta dos estatutos da Associação, esta Associação adota procedimentos de controlo internos adequados a garantir a fiabilidade das contas e demais informação financeira – cfr. Artigos dos Estatutos da Associação.

Como resulta do Relatório de Atividade Financeira que aqui se anexa a Associação apresenta resultados anuais equilibrados, pelo que se encontram reunidos os pressupostos para que o Município possa aderir a esta Associação.

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, cuja versão mais recente consta da Lei 71/2018, de 31 de dezembro, a participação nesta Associação está sujeita ao visto prévio do Tribunal de Contas.

Assim

Propõe-se que:

No exercício das competências que lhe são conferidas pelo artigos 25º, n.º 2, al. n) e 33.º n.º 1 alínea ccc) ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal do Porto aprove submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para que esta, no exercício das competências que lhe são conferidas pelos artigos 53.º n.º 1 e 56.º n.º 3 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, delibere aprovar

- a adesão do Município do Porto à European Film Commission Network - EUFCN.

Porto, 23 de dezembro de 2019

**O Vereador do Pelouro da Economia, Turismo e Comércio
e do Pelouro da Gestão de Fundos Comunitários**


Ricardo Valente




Visada

Direção Municipal de Serviços Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Adesão do Município do Porto à European Film Commission Network (EUFCN).

NUD: 471576/2019/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Reunião Pública do Executivo Municipal de 23 de dezembro de 2019.

O Diretor Municipal da Presidência


Adolfo Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Deliberação sobre a Adesão do Município do Porto à European Film Commission Network (EUFCN).
NUD/471576/2019/CMP**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 2020.

O Presidente

Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária

Paula Ribeiro de Faria

O 2.º Secretário

José Serôdio

DECLARAÇÃO

Maria Teresa Monteiro de Andrade Santarém, Diretora do Departamento Municipal de Finanças do Município do Porto, declara para os devidos efeitos que, os encargos previstos para a adesão do Município do Porto à European Film Commission Network - EUFCN, encontram-se inscritos no Orçamento / Grandes Opções do Plano do Município do Porto do ano 2020, conforme documento anexo.

E por ser verdade, passei esta declaração, que vai por mim assinada e autenticada com selo branco de uso nestes serviços.

Porto, 17 de dezembro de 2019.

A Diretora do Departamento Municipal de Finanças



Teresa Santarém

/FL

Grandes Opções do Plano do ano 2020

Obj.	Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)							
								AC	AA	FC		Início	Fim			2020		2021 (e)	2022 (f)		2023 (g)	Outros (h)					
																Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)										
Totais do Programa 001:																				197 200	197 200	0	0	0	0	0	197 200
Totais do Objetivo 07:																				0	197 200	197 200	0	0	0	0	197 200
Turismo																											
Dinamizar a oferta e consolidar o cresc. do turismo																											
08	001				Otimização da marca Porto.																						
08	001	2020/75																									
08	001	2020/76	1		Plataforma para lojas de turismo - TPNP, ER							0215	01/2020	12/2020	0		8 000	8 000									
08	001	2020/76	1/1		Apoios diversos de interesse turístico																						
08	001	2020/76	2		Promoção externa do destino - ATP-AR																						
08	001	2020/76	2/1		Apoios diversos de interesse turístico																						
08	001	2020/76	3		Great Wine Capital's																						
08	001	2020/76	3/1		Apoios diversos de interesse turístico																						
08	001	2020/76	4		European Film Commission Network																						
08	001	2020/76	4/1		Apoios diversos de interesse turístico							0215	01/2020	12/2020	0		650	650	650								
Acolhimento																											
08	001	2020/77																									
08	001	2020/77	1		Serviços de acolhimento e promoção - ATP																						
08	001	2020/77	1/1		Outros trabalhos especializados																						
08	001	2020/78			Promoção do turismo no Porto																						

EUROPEAN FILM COMMISSION NETWORK - EUFCN

ESTATUTOS – 1 de janeiro de 2018

1.	NATUREZA E CONSTITUIÇÃO	1
2.	FINALIDADE.....	1
3.	NATUREZA JURÍDICA E SEDE SOCIAL.....	2
4.	DURAÇÃO	2
5.	ASSOCIADOS	2
6.	TAXA DE INSCRIÇÃO E DE FILIAÇÃO	3
7.	DEVERES DOS ASSOCIADOS	3
8.	FUNDOS DA ASSOCIAÇÃO, CONTRIBUIÇÕES E FONTE DE FINANCIAMENTO.....	3
9.	ORGÃOS DA ASSOCIAÇÃO	4
10.	ASSEMBLEIA GERAL	4
11.	ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	5
12.	ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	5
13.	ELEIÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO	5
14.	SUBSTITUIÇÃO	6
15.	FUNÇÕES DO CONSELHO EXECUTIVO	6
16.	REUNIÕES DO CONSELHO EXECUTIVO	7
17.	PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E TESOUREIRO/A	8
18.	CONSELHO CONSULTIVO	8
19.	EXERCÍCIO E RELATÓRIO DE CONTAS.....	8
20.	SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS.....	9
21.	DISSOLUÇÃO	9

1.1 NATUREZA E CONSTITUIÇÃO

De acordo com a Lei de 2 de maio de 2002, foi criada uma associação denominada “European Film Commissions Network” (doravante referida por “Associação”). O nome da Associação também pode apresentar-se no formato “EUFCN”.

- 1.2 As despesas incorridas pelos elementos para a criação da Associação, mesmo que incorridas antes da data de estabelecimento da mesma, deverão ser reembolsadas aos mesmos pela Associação, usando os fundos da Associação.

2. FINALIDADE

- 2.1 A Associação é uma organização sem fins lucrativos, regida por estes estatutos e, para qualquer situação neles não prevista, pelas disposições sobre associações presentes no Código Civil Belga.
- 2.2 A finalidade da Associação é a criação de uma rede para as Film Commissions (Comissões Fílmicas) Europeias; esta noção é definida no artigo 5.3. abaixo.
- 2.3 No âmbito do acima referido, a Associação propõe-se a atingir as seguintes metas:
- (a) Promover a rede Europeia de Film Commissions (Comissões Fílmicas) através da troca de informação, experiência e contactos;
 - (b) Promover pesquisas de marketing europeias, regionais e locais sobre oportunidades de locais e filmagens;
 - (c) Levar a cabo atividades educativas profissionais para os elementos das Film Commissions (Comissões Fílmicas);
 - (d) Promover e divulgar informação sobre as atividades dos elementos das Film Commissions (Comissões Fílmicas) pela EU, instituições nacionais, regionais e locais públicas e pela indústria cinematográfica em geral;
 - (e) Conduzir projetos de investigação financiados pela União Europeia, autoridades locais e

nacionais e por outras organizações privadas e públicas;

- (f) Prestar apoio à indústria cinematográfica através de ligações com Film Commissions (Comissões Fílmicas) locais associadas;
- (g) Promover seminários, conferências e publicações sobre temas associados às atividades das Film Commissions (Comissões Fílmicas), também a pedido de ou por acordo com organizações públicas ou privadas.

2.4 Para a prossecução dos seus objetivos, a Associação também poderá estabelecer acordos com outras entidades, publicas ou provadas, universidades ou outras associações.

3. NATUREZA JURÍDICA E SEDE SOCIAL

3.1 A sede da Associação está localizada na Bélgica.

3.2 A Associação, por decisão do seu Conselho Executivo, poderá optar por ter – por um período de tempo pré-determinado – um Gabinete na mesma morada da Film Commission (Comissão Fílmica) a que pertence o/a Presidente.

4. DURAÇÃO

4.1 A Associação terá um período de vigência ilimitado, a partir da data da sua criação. A duração poderá ser alterada por resolução em Assembleia Geral Extraordinária.

5. ASSOCIADOS

5.1 A Associação está aberta a novos associados.

5.2 Qualquer Film Commission (Comissão Fílmica) Europeia poderá tornar-se associada da Associação.

5.3 Para a finalidade destes Estatutos, “European Film Commission” (“Comissão Fílmica Europeia”) significa qualquer entidade sem fins lucrativos, com sede registada num Estado Membro da União Europeia, na Noruega, no Liechtenstein, na Suíça ou noutro qualquer país Europeu, que:

- (a) leve a cabo atividades enquanto film commission (comissão fílmica) (i.e., enquanto entidade que presta assistência e apoio na gestão de filmagem e localização); e
- (b) é apoiada, também do ponto de vista financeiro, por pelo menos uma entidade nacional, regional ou local pública, no país em questão; e
- (c) presta gratuitamente o seu serviço a produtores, equipas de filmagem e outros profissionais de filmes e televisão.

Sem prejuízo do acima referido, nenhuma indústria privada ou entidade comercial ativa no campo da indústria cinematográfica poderá tornar-se elemento da Associação.

5.4 Os sócios originais são reconhecidos como os “Associados Fundadores”. Os Associados Fundadores têm os mesmos direitos e deveres que os associados recentes.

5.5 O Conselho Executivo poderá conceder a instituições Europeias ou nacionais, bem como a entidades privadas que prestem apoio financeiro à Associação, o título de “Associados Honorários” como forma de reconhecimento do apoio prestado à Associação. Um Associado Honorário tem o direito de assistir à Assembleia Geral da Associação, mas não tem o direito de voto, nem qualquer outro direito que os Associados Originais têm.

6. TAXA DE INSCRIÇÃO E DE FILIAÇÃO

6.1 Os novos associados são admitidos por decisão do Conselho Executivo.

6.2 Aqueles que tencionem juntar-se à Associação têm de submeter uma candidatura por escrito,

dirigida ao/à Presidente, contendo:

- (a) Uma declaração na qual indique que o candidato está ciente de todas as disposições destes estatutos e que os aceita, integralmente, incluindo quaisquer obrigações daí resultantes;
- (b) Todos os dados e a informação sobre o candidato que sejam necessários para evidenciar que os requisitos para se qualificar como Film Commission (Comissão Fílmica) Europeia são cumpridos; e
- (c) O nome da pessoa que possa exercer a função de representante do novo associado na Associação; esse representante poderá ser o representante legal ou também um elemento do staff do novo associado.

6.3 O Conselho Executivo poderá pedir ao candidato que apresente documentos evidenciando que os requisitos para a elegibilidade como candidato são cumpridos. A admissão como tal depende de uma decisão discricionária do executivo.

6.4 O Conselho Executivo deverá propor à Assembleia Geral Ordinária dos Associados, e a Assembleia Geral Ordinária deverá aprovar, o valor da taxa de filiação anual (a "Taxa de Filiação"). Para os anos de 2007 e 2008, essa taxa de filiação será de €390,00 (TREZENTOS E NOVENTA EUROS). Caso nenhuma decisão seja tomada sobre este assunto na Assembleia Geral Ordinária, o valor permanecerá o mesmo para os anos subsequentes.

6.5 Cada associado tem de pagar a Taxa de Filiação de acordo com os termos definidos pelo Conselho Executivo. Se um associado não pagar essa quota atempadamente, a Direção poderá enviar um aviso escrito a esse associado para indicar novo prazo de pagamento; se o associado não pagar a Taxa de Filiação dentro do segundo prazo, o associado pode ser declarado, pelo Conselho Executivo, como excluído da Associação.

7. DEVERES DOS ASSOCIADOS

7.1 Durante todo o período que dure a sua filiação como associado da Associação, cada associado concorda cumprir a lei e os regulamentos, com as provisões destes estatutos e, se adotado, o regulamento interno e as resoluções do Conselho Executivo.

7.2 Cada associado assume apoiar a atividades da Associação e fornecer-lhe informações, assistência razoável e cooperação, conforme solicitado pela Associação, para a melhor realização dos seus objetivos.

8. FUNDOS DA ASSOCIAÇÃO, CONTRIBUIÇÕES E FONTES DE FINANCIAMENTO

8.1 O fundo comum é inicialmente de €10.140,00 (DEZ MIL, CENTO E QUARENTA EUROS), através das contribuições em dinheiro pagas na mesma proporção pelos "Associados Fundadores".

8.2 Os elementos que se seguem contribuem para a criação do fundo comum:

- (a) contribuições e taxas de associados, pagas por algum motivo respeitante estes estatutos;
- (b) quaisquer contribuições pagas por organizações públicas ou privadas, por qualquer motivo;
- (c) subsídios, donativos ou doações de terceiros;
- (d) bens adquiridos pela Associação.

8.3 Para financiamento total ou parcial de atividades específicas da Associação ou para atividades específicas de investigação, a Associação também poderá estabelecer acordos com entidades privadas e/ou organizações públicas e/ou instituições.

8.4 A Associação não poderá estabelecer empréstimos bancários ou formas equivalentes de financiamento que exceda, no total, 30% do valor líquido dos bens da Associação, resultando das demonstrações financeiras mais recentemente aprovadas. Se o valor líquido dos bens diminuir depois do desembolso do empréstimo, o/a Presidente deverá agir no sentido de reduzir o endividamento bancário, com relativa celeridade, de forma a mantê-lo abaixo do limite referido.

8.5 A Associação é uma organização sem fins lucrativos. A distribuição de qualquer excedente

operacional é, portanto, proibida e deverá ser reinvestida nas atividades da Associação.

9. ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

9.1 Os órgãos da Associação são:

- (a) a Assembleia Geral;
- (b) o Conselho Executivo;
- (c) o/a Presidente; e
- (d) o Conselho Consultivo.

10. ASSEMBLEIA GERAL

- 10.1 A Assembleia Geral é composta por representantes dos associados, conforme referido no artigo 6.2(c) acima. Se vários representantes do mesmo associado assistirem à Assembleia Geral, apenas poderão ter um voto; o representante de um associado poderá passar uma procuração a outra pessoa, incluindo o representante de outro associado, para assistir à Assembleia e para votar em seu nome.
- 10.2 A Assembleia é convocada pelo Conselho Executivo, pelo menos uma vez por ano, para apresentação, pelo Conselho Executivo e para aprovação pela Assembleia Geral ordinária do relatório anual de contas.
- 10.3 Um terço dos associados poderá também convocar uma Assembleia Geral.
- 10.4 A Assembleia é convocada através de carta registada, mensagem de correio eletrónico ou fax, indicando a ordem de trabalhos, a data, o horário e o local da reunião. O aviso sobre a reunião deverá ser enviado aos associados pelo menos trinta dias antes da data definida para a reunião, para a morada apresentada na ficha de inscrição do associado (ou para nova morada devidamente comunicada, por escrito, ao Conselho Executivo). EM caso de urgência, a reunião poderá ser convocada pelo menos 10 dias antes da data da reunião.
- 10.5 A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária, dependendo dos temas a serem debatidos.
- 10.6 A reunião será presidida pelo/a Presidente ou, caso este esteja ausente, pelo/a Vice-Presidente ou qualquer outro elemento do Conselho Executivo nomeado pelo/a Presidente. A Assembleia nomeia um/a secretário/a de entre os associados presentes; o/a secretário/a nomeado/a fica encarregue de fazer a ata da reunião. A ata deverá ser assinada pelo/a Presidente e pela pessoa que estiver a secretariar a reunião. A ata deverá ser enviada a todos os associados logo que seja possível, após a reunião.

11. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

11.1 A Assembleia Geral Ordinária é responsável pelo seguinte:

- (a) aprovar o orçamento e o relatório de contas;
- (b) nomear [e destituir] os elementos do Conselho Executivo, de acordo com as provisões do artigo 13;
- (c) votar qualquer assunto relativo às atividades ou funcionamento da Associação, que não seja da responsabilidade da Assembleia Geral Extraordinária;
- (d) aprovar a quantia da Taxa de Filiação conforme proposta pelo Conselho Executivo; e
- (e) nomear e dispensar os elementos do Conselho Consultivo, de acordo com o artigo 18.

11.2 As resoluções da Assembleia Geral Ordinária são aprovadas pelo voto da maioria dos associados presentes na reunião.

12. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 12.1 A Assembleia Geral Extraordinária é responsável pelo seguinte:
- (a) votar as adendas aos Estatutos da Associação;
 - (b) votar a dissolução da Associação, em casos de acordo com as regras contempladas no Artigo 20.
- 12.2 As resoluções da Assembleia Geral Extraordinária são válidas se pelo menos metade dos associados comparecerem ou expressarem o seu voto por escrito. Boletins de voto online poderão ser usados nesse caso.
- 12.3 As resoluções da Assembleia Geral Extraordinária são aprovadas pelo voto a favor da maioria dos associados presentes na reunião ou que tenham votado à distância (ver acima).

13. ELEIÇÃO DO CONSELHO EXECUTIVO

- 13.1 O Conselho Executivo é composto por oito elementos. Esses elementos são eleitos numa base individual. A cada dois anos, metade do Conselho Executivo tem de ser renovada. Por conseguinte, qualquer elemento do Conselho Executivo é eleito por um período de quatro anos. Os oito elementos do Conselho Executivo devem representar oito países diferentes (ver 13.2 e 13.6). Para essa regra, o país tido em consideração é o país onde o elemento está sediado. Qualquer elemento do Conselho Executivo que já tenha sido eleito por 3 mandatos de 4 anos completos consecutivos não se pode candidatar novamente, não sendo eleito pelo 4º período de 4 anos. Ele ou ela terá de aguardar as eleições subsequentes para se voltar a candidatar.
- 13.2 Qualquer candidatura individual deverá ser submetida, por escrito, ao/à Presidente da Associação, nunca mais tarde do que duas semanas antes da data da Assembleia Geral convocada para a nomeação dos novos elementos do Conselho Executivo. Os elementos do Conselho Executivo cujo mandato esteja a expirar, têm de se candidatar em conformidade, caso pretendam ser reeleitos. Se o número de candidatos for inferior a quatro, os elementos continuam a ter de votar. Consequentemente, o Conselho Executivo poderá ser composto por menos de oito elementos. Um associado não se pode candidatar ao Conselho Executivo caso haja nesse órgão um outro elemento do mesmo país, cujo mandato não esteja a terminar durante as eleições.
- 13.3 Na Assembleia Geral, o representante de cada elemento pode votar em até quatro candidatos. Qualquer boletim de voto que mostre que o associado votou num número de zero até quatro candidatos é válido. Qualquer boletim de voto que mostre que o associado votou em cinco ou mais candidatos não é válido.
- 13.4 Os quatro candidatos que tenham o maior número de votos são eleitos como elementos do Conselho Executivo, doravante substituindo os quatro elementos do Executivo cujo mandato tenha terminado. Depois dos quatro candidatos eleitos, os dois candidatos subsequentes que tenham tido o maior número de votos serão nomeados elementos "substitutos" do Conselho Executivo e poderão ser chamados pelo/a Presidente para substituir um elemento efetivo, caso um elemento efetivo decida renunciar (ver 14.2).
- 13.5 Caso dois ou mais candidatos tenham o mesmo número de votos e caso o número de lugares disponíveis no Conselho Executivo seja inferior ao número desses candidatos acima referidos, então deverá ter lugar uma nova votação, apenas entre esses dois ou mais candidatos. Os elementos deverão proceder a tantas votações quantas necessárias de forma a decidir entre esses candidatos já referidos.
- 13.6 Caso um ou mais candidatos sejam do mesmo país, e se dois ou mais desses representantes obtenham votos suficientes para serem eleitos, apenas será eleito o que conseguir o número mais alto de votos. Se eles receberem o mesmo número de votos, deverá, então, decorrer nova votação entre os candidatos empatados.

Para a finalidade da primeira eleição do Conselho Executivo de acordo com estes Estatutos, os elementos cujo mandato vai terminar são os quatro elementos que já cumpriram um mandato completo antes. Os três elementos do Conselho Executivo que estão presentemente no seu primeiro mandato serão automaticamente reeleitos por dois anos. Por conseguinte, depois desta primeira

eleição para o Conselho Executivo de acordo com estes Estatutos (junho de 2010), o Conselho Executivo será composto por sete elementos.

14. SUBSTITUIÇÃO

- 14.1 Um elemento do Conselho Executivo que deseja renunciar, deverá formalizar a sua renúncia, enviando um aviso, por escrito, ao/à presidente do Conselho Executivo e aos outros elementos. Caso um ou mais elementos do Conselho Executivo deixe o cargo ou se demita antes do final do seu mandato, por alguma razão, o Conselho Executivo:
- (i) deverá nomear como novo(s) elemento(s) efetivo(s) o(s) elemento(s) substituto(s) que receberam mais votos nas eleições anteriores, de acordo com o artigo 13.4; ou
 - (ii) se não houver nenhum(ns) elemento(s) substituto(s) disponível (eis), deverá convocar uma Assembleia Geral para organização de eleições para preenchimento do(s) lugar(es) vazio(s).
- 14.2 Uma substituição destas terá a duração do mandato remanescente do elemento que se retirou. Se tal duração se afigurar muito curta ao Conselho Executivo, poderá ser decidido que se aguarde a eleição oficial subsequente de forma a substituir o elemento do Conselho Executivo que saiu.
- 14.3 Para o período acima referido e desde que a maioria dos elementos do Conselho Executivo se mantenha em funções, o Conselho Executivo permanecerá válido e poderá até votar sobre todos os assuntos pelos quais seja responsável, com a exceção dos itens que excedam a gestão ordinária da Associação.
- 14.4 Caso a maioria dos elementos do Conselho Executivo deixe de exercer funções, aqueles que ficarem a fazê-lo deverão convocar uma Reunião de Associados, logo que possível, de forma a substituir os elementos que se tenham retirado. Até nomeação dos novos elementos do Conselho Executivo, os elementos restantes da antiga Direção permanecerão em funções. Contudo, não poderão aprovar nenhuma decisão para além da organização das eleições já referidas.

15. FUNÇÕES DO CONSELHO EXECUTIVO

- 15.1 O Conselho Executivo é responsável pelo seguinte:
- (a) gerir a Associação;
 - (b) eleger o/a Presidente, o/a Vice-Presidente, o/a Tesoureiro/a e o/a Secretário/a Geral (ver 15.1 B);
 - (c) estabelecer o limite nas despesas dentro do qual o/a Presidente pode operar sem ter de pedir uma autorização prévia ao Conselho Executivo;
 - (d) desempenhar todas as funções de gestão ordinárias e extraordinárias da Associação que excedam o limite de despesas decidido para o/a Presidente ou autorizar este a exceder esse limite;
 - (e) aprovar o orçamento anual;
 - (f) preparar o relatório de contas anual;
 - (g) convocar a Assembleia Geral anual;
 - (h) admitir novos associados;
 - (i) tratar de todos os assuntos directamente relacionados com o funcionamento do Conselho Executivo;
 - (j) propor novos candidatos para o Conselho Consultivo, conforme o artigo 18.3; e
 - (k) tratar de qualquer outra tarefa respeitante à gestão da actividades da Associação.
- 15.1 B A cada dois anos, imediatamente depois da renovação de metade do Conselho Executivo, os elementos têm de nomear ou eleger quatro como Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro/a e Secretário/a-Geral. Qualquer um dos oito elementos do Conselho Executivo poderá ser nomeado ou eleito. O/A Presidente, o/a Vice-Presidente, o/a Tesoureiro/a e o/a Secretário/a-Geral são nomeados

ou eleitos por um período de 2 anos. Caso seja necessário, o/a Vice-Presidente poderá ser a mesma pessoa que desempenha a função de Secretário/a-Geral ou Tesoureiro/a. Mas o/a Presidente, o/a Tesoureiro/a e o/a Secretário/a-Geral terão de ser três pessoas diferentes.

- 15.2 O/A Presidente, o/a Vice-Presidente, o/a Tesoureiro/a e o/a Secretário/a-Geral poderão formar um Comité Executivo, que seja responsável pela gestão diária da Associação. O Conselho Executivo deverá estabelecer o limite de poderes do Comité Executivo (por exemplo, referindo o orçamento anual aprovado pelo Conselho Executivo, limitando ou permitindo que o Comité Executivo possa contratar colaboradores etc.).
- 15.3 O Conselho Executivo pode nomear outros Comités para tarefas específicas (por exemplo, para a preparação da publicação anual com a listagem de associados ou a gestão do site da Associação, ou qualquer outro assunto).
- 15.4 O Conselho Executivo também poderá permitir, com resoluções específicas a serem adotadas por escrito, o reembolso de despesas incorridas por um/a Dirigente no desempenho das suas funções em nome da Associação.

16. REUNIÕES DO CONSELHO EXECUTIVO

- 16.1 A reunião do Conselho Executivo é convocada pelo/a Presidente pelo menos duas vezes por ano, através de carta registada, email ou fax, que será enviado aos dirigentes pelo menos sete dias antes da data definida. Em caso de urgência, o referido aviso, expressamente indicando as razões de tal urgência, poderá ser enviado pelo menos vinte e quatro horas antes da data definida.
- 16.2 A reunião do Conselho Executivo também pode ser convocada a pedido de pelo menos dois dirigentes.
- 16.3 A maioria dos elementos do Conselho Executivo deverá estar presentes nas reuniões do Conselho para que estas sejam válidas. As decisões são aprovadas com o voto a favor da maioria dos dirigentes presentes na reunião. Caso haja um empate de votos a favor e contra qualquer decisão, o voto do/a Presidente será considerado voto de qualidade.
- 16.4 As reuniões do Conselho Executivo poderão decorrer via áudio, vídeo ou conferência, desde que todos os participantes estejam identificados, sejam capazes de acompanhar a discussão, possam participar em tempo útil no tratamento dos temas na ordem de trabalhos e possam receber, transmitir ou visualizar documentos via fax ou comunicação de dados. A discussão dos temas na ordem de trabalhos e a decorrente votação deverão acontecer em simultâneo. Se estes requisitos forem cumpridos, a reunião do Conselho Executivo será considerada válida e, decorrendo onde o/a Presidente se encontra, juntamente com o/a Secretário/a da reunião, de forma a permitir o lavrar e o assinar da ata.

17. PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, TESOUREIRO E SECRETÁRIO-GERAL

- 17.1 O/A Presidente é nomeado/a ou eleito/a (ver 15.1 B) pelo Conselho Executivo, de entre os elementos do Conselho Executivo e é o/a representante legal da Associação. O/A Presidente permanece em funções por 2 (dois) anos ou pela mesma duração do Conselho Executivo que o/a elegeu.
- 17.2 O/A Presidente é responsável por:
 - (a) convocar e presidir à Assembleia Geral e à reunião do Conselho Executivo;
 - (b) assegurar o cumprimento dos Estatutos e qualquer regulamento interno;
 - (c) supervisionar a manutenção de documentos e registos da Associação (cada elemento do Conselho Executivo tem o direito de ter uma cópia disso);
 - (d) desempenhar todos os actos de gestão ordinária da Associação com o limite de despesas para cada operação individual, resolvida pelo Conselho Executivo; para lá deste limite, é necessária autorização pelo Conselho Executivo.
- 17.3 O/A Vice-Presidente é nomeado/a ou eleito/a (ver 15.1 B) pelo Conselho Executivo. O/A Vice-Presidente poderá atuar como delegado do/a Presidente, conforme procuração do/a Presidente ou

caso haja uma comprovada indisponibilidade ou um impedimento persistente do/a Presidente. Se esses requisitos forem cumpridos, o/a Vice-Presidente terá os mesmos poderes que o/a Presidente, incluindo a representação legal da Associação.

- 17.4 O/A Tesoureiro/a é nomeado ou eleito (ver 15.1 B) pelo Executivo. O/A Tesoureiro/a é responsável pela gestão dos fundos da Associação e pela colecta de Taxas de Filiação.
- 17.5 O/A Secretário/a-Geral é nomeado ou eleito (ver 15.1 B) pelo Executivo. O/A Secretário/A-Geral é responsável por supervisionar as atas das reuniões e pelo seu envio a todos os associados.
- 17.6 Caso o/a Presidente e/ou o/a Vice-Presidente e/ou o/a Secretário/a-Geral renuncie ou se demita da sua posição e, contudo, permaneça elemento do Conselho Executivo, a Direção terá de nomear ou eleger elementos para preencher as posições disponíveis, da forma mais rápida possível, e nunca mais tarde do que a reunião do Conselho Executivo subsequente. Se o/a Presidente e/ou o/a Vice-Presidente e/ou o/a Tesoureiro/a e/ou o/a Secretário/a Geral renuncie ou se demita do Conselho Executivo, a Direção terá de substituí-los antes de preencher as posições disponíveis (ver "14 – SUBSTITUIÇÃO").

18 CONSELHO CONSULTIVO

- 18.1 O Conselho Executivo pode decidir nomear um Conselho Consultivo para apoiar as suas atividades e para providenciar aconselhamento sobre a gestão da Associação.
- 18.2 O Conselho Consultivo tem as seguintes tarefas:
 - (a) aconselhar e apoiar o Conselho Executivo;
 - (b) promover as relações entre a indústria cinematográfica e a Associação e os seus associados; e
 - (c) apoiar o desenvolvimento e estratégias da Associação.
- 18.3 O Conselho Consultivo é composto por até dez elementos nomeados da seguinte forma:
 - (a) elementos escolhidos de entre aqueles que já foram Diretores da Associação ou que tenham trabalhado para a Associação; e
 - (b) elementos escolhidos de entre os representantes da indústria cinematográfica, produtores privados ou investidores ativos na indústria cinematográfica ou outras instituições.
- 18.4 Cada elemento do Conselho Executivo e/ou o/a Presidente do Conselho Consultivo podem propor a nomeação de novos elementos do Conselho Consultivo.
- 18.5 Os elementos do Conselho Consultivo desempenham funções por períodos de quatro anos e podem ser reeleitos. Podem ser revogados pela Assembleia Geral Ordinária do Conselho Executivo e podem renunciar enviando um aviso escrito ao/à Presidente do Conselho Executivo.
- 18.6 Os elementos do Conselho Consultivo podem ser convidados pelo Conselho Executivo a assistir à reunião do Conselho Executivo, sem direito de voto.
- 18.7 Além da potencial assiduidade na reunião do Conselho Executivo, o Conselho Consultivo pode decidir reunir pelo menos uma vez no ano (normalmente, na mesma altura que a Assembleia Geral anual); as suas reuniões são regidas pelas provisões estabelecidas por estes Estatutos para a reunião do Conselho Executivo. O Conselho Consultivo é presidido por um dos seus elementos mais sénior.

19. EXERCÍCIO E RELATÓRIO DE CONTAS

- 19.1 O ano fiscal inicia-se a 1 de janeiro e termina a 31 de dezembro, com a exceção do primeiro ano fiscal, que terá a duração de menos de um ano.
- 19.2 Anualmente, o Conselho Executivo prepara um conjunto completo de demonstrações financeiras (incluindo um balanço à data de encerramento e uma declaração de rendimentos para o período).
- 19.3 A proposta do relatório de contas anual deverá ser submetida para aprovação da Assembleia Geral.

O relatório de contas deverá ser aprovado pela Assembleia de Associados no prazo de três meses após o final de cada ano.

- 19.4 O Conselho Executivo nomeará um auditor externo para fiscalizar os relatórios de contas da Associação.

20. SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

- 20.1 Os Associados poderão exercer o seu direito de renúncia da Associação a qualquer momento, notificando, por escrito, o Conselho Executivo dessa intenção.
- 20.2 A Assembleia Geral poderá votar a exclusão de um associado, por proposta do Conselho Executivo, se esse associado:
- a) falhar com o cumprimento das provisões destes estatutos, de algum regulamento interno aprovado pelo Conselho Executivo e, no geral, qualquer resolução adotada pelos órgãos da Associação; ou
 - b) levar a cabo acções que sejam gravemente prejudiciais para os interesses e finalidade da Associação.
- 20.3 A resolução de exclusão de um associado é votada pela Assembleia Geral Ordinária e não deverá ser motivada. Para esta resolução, o associado sujeito a exclusão não terá permissão para votar. A exclusão é efetiva a partir da data da resolução, desde que o associado tenha recebido, do Conselho Executivo, um aviso prévio, por escrito, e não tenha solucionado o razão para a exclusão num prazo de 15 dias.
- 20.4 À Associação assiste o direito de encetar medidas contra um associado não-cumpridor.
- 20.5 Um associado que se retire ou um associado excluído não tem direito ao reembolso da Taxa de Filiação ou de qualquer outro contributo para o fundo comum, nem tem qualquer direito sobre os bens, fundos ou excedentes (se os houver) da Associação.

21. DISSOLUÇÃO

- 21.1 A Associação será dissolvida num dos seguintes casos:
- (a) término da duração contemplada por estes estatutos;
 - (b) impossibilidade técnica ou financeira de agir face ao intuito da Associação ou inatividade continuada da Assembleia Geral;
 - (c) por resolução da Assembleia Geral Extraordinária.

Caso ocorra algum motivo para dissolução da Associação, a reunião do Conselho Executivo não poderá levar a cabo nenhuma operação nova e deverá, imediatamente, convocar a Assembleia Geral Extraordinária de forma a nomear os liquidatários. Estes deverão ser contabilistas certificados e os seus honorários têm de ser definidos.

- 21.2 Os bens remanescentes depois do pagamento de todas as dívidas serão divididos entre os elementos da Associação, na proporção das contribuições pagas, ou atribuídos a outra associação Europeia sem fins lucrativos que procure atingir as mesmas metas e objetivos que esta Associação.

	PLANO 2019	ORÇAMENTO 2018
--	------------	----------------

Filming Europe - EUFCN

European Film Commissions Network (Rede Europeia de Comissões Fílmicas)

ORÇAMENTO 2018 - 01.11.2017

		ORÇAMENTO 2018
Receitas		
Taxa de filiação(90 associados)	44000	43 500
Taxa de filiação de novos associados 2017 (4 associados)	2000	2 000
Taxa de filiação de anos anteriores (2 associados)	1000	1 000
Associados co-apresentadores do BERLINALE (7 associados/400 Euros)	2800	2 800
Associados co-apresentadores de CANNES (5 associados/500 Euros)	2500	2 500
CANNES: patrocinadores (Rede / Parcerias)	1000	2 100
XANGHAI: associados com participação (8 associados)	13000	12 600
Patrocinadores	4000	
Outros		
TOTAL	70300	66 500
DESPESAS		
Atividades	-24 200	-22 200
BERLINALE		
Receção	-3200	-3 100
Assembleia de Associados / Reunião do Conselho de Administração	-500	-300
CANNES		
Pequeno-almoço/Brunch + Painei	-5500	-4 200
Assembleia de Associados / Reunião do Conselho de Administração	-500	-100
XANGHAI - participação da eufcn: € 1.000		
Aluguer do expositor	-10000	-10 000
Extras (desgin, etc.)	-4000	-4 000
BRUXELAS		
Reunião do Conselho de Administração	-500	-500
Despesas de Viagens	-7550	-7 300
Bruxelas (5 dias)	-1100	-1 000
Berlim (5 dias)	-1500	-1 200
Cannes (5 dias)	-2200	-2 000
Outras despesas de viagens	-2000	-600
Subsídio de Viagem Angelica (15 dias)	-750	-7 440
Marketing		-3 500
Website (alojamento, marketing para as redes sociais)	-800	-2 500
Impressões para marketing	-500	-1 000
Administrativo	-6660	-5 500
Consultor administrativo e fiscal	-5000	-5 000
Consultor Fiscal para Itália (processamento de salários Angelica)	-960	
Despesas administrativas (serviços online, etc)	-500	-300
Custos bancários	-200	-200
Staff	-31600	-28 000
Gestão administrativa e do evento: Angelica Cantisani	-24400	-24 400
Finanças: Jelena Bozinovska	-3600	-3 600
Gestor das Redes Sociais	-3600	0
TOTAL	-70 010	-66 500
BALANÇO	290	0
RESERVAS	3412	3 412
TOTAL DE POUPANÇA	3 702	3 412